

Defender a soberania

# Os povos têm o direito a decidir do seu destino



Pablo Picasso, *Massacre na Coreia*, 1951

**O**s povos do mundo já pagaram bem caro (e continuam a pagar) o desrespeito pela sua soberania, em nome dos interesses económicos dos potentados financeiros e industriais das grandes potências.

A defesa da soberania nacional é uma candente questão do nosso tempo. Um pouco por todo o mundo, assumindo a forma de guerra aberta, de pressão económica, de ameaça militar ou de desestabilização interna, as grandes potências ocidentais, com os EUA à cabeça, põem em causa este direito inalienável dos povos para assim conquistarem o acesso a importantes fontes de energia e merca-

dos, condicionarem o crescimento dos países emergentes e reforçarem a sua presença militar em importantes regiões do globo.

São estas e não outras as verdadeiras razões por detrás das guerras ditas «humanitárias». E sempre foram, aliás. A própria Alemanha nazi invadiu a Checoslováquia com o argumento da «defesa» da população alemã residente neste

país e do alargamento do «espaço vital» de que o seu povo supostamente necessitava. Da mesma maneira que os EUA invadiram o Iraque supostamente para impedir a utilização por este país de armas de destruição massiva, que não existiam; destruíram a Líbia para apoiar os que lutavam pela «democracia» e os «direitos humanos»; armam, treinam e financiam os terroristas islâmicos que arrasam a Síria apregoando as mesmas razões; e agredem por via económica e diplomática, e ameaçam também agredir por via militar, o Irão e a Coreia, por detrás de cenários de conflitos «civilizacionais». ►

► Para lá da esfera militar, semelhantes propósitos são almejados por outras vias: golpes de Estado, como nas Honduras ou na Venezuela (este derrotado), depondo governos que, de uma forma ou de outra, se opõem ao domínio dos EUA; o fabrico e o patrocínio da dissidência interna, como aconteceu na Líbia e acontece hoje na Síria; os bloqueios económicos, como aquele que há décadas sufoca o povo cubano. A própria situação dramática por que passam hoje os povos de Portugal, Grécia, Irlanda e Chipre – a braços com uma gigantesca operação de transferência de riqueza dos países para os grandes bancos mundiais – constitui também uma violenta imposição de entidades externas a países soberanos, com objectivos de saque e extorsão.

Num mundo em que os mais poderosos ditam as regras em favor dos grandes potentados financeiros e industriais, a afirmação e defesa da soberania é fundamental para o desenvolvimento e para a paz. Só afirmando este que é um valor intrínseco será possível aos povos decidirem livremente do seu destino e utilizarem em benefício próprio os seus recursos naturais e humanos, garantindo o progresso e o bem-estar e, desta forma, defendendo a Paz.

A defesa da soberania dos povos e da independência dos países são valores que estão na génese do movimento mundial da Paz que o CPPC integra, criado na viragem da década de 40 para a década de 50 do século XX, quando o mundo acabara de provar, de forma especialmente dramática, as consequências do seu espezinhamento. É dever de todos quantos defendem a Paz reafirmar o juramento então feito, quando parte da Europa e do Mundo estavam ainda em cinzas e milhões de pessoas choravam ainda os seus mortos: não voltará a acontecer!



Uma actividade multifacetada

# Levar mais longe os valores da Paz

O CPPC levou a cabo, nos últimos meses, iniciativas diversificadas e relativas a alguns dos mais importantes assuntos da complexa e tensa actualidade internacional, como o Mali, a Síria, a Palestina, o Saara Ocidental ou a Venezuela. Sobre estes e outros temas promoveu debates e sessões, divulgou artigos e tomadas de posição e, sobretudo, procurou esclarecer e ganhar mais e mais gente para as causas que são de todos aqueles que aspiram a um mundo de paz e cooperação, independentemente das suas posições políticas ou religiosas.

Para além de ter lembrando, através de comunicados, os aniversários das agressões contra o Iraque e a Líbia, o CPPC solidarizou-se com a luta heróica dos presos políticos palestinianos em Israel, responsabilizando este país pela morte de um prisioneiro palestiniano, chamando a atenção para a questão primordial: a ocupação é ilegítima, o que torna ilegítima qualquer prisão de cidadãos dos territórios ocupados. O mesmo se salientou relativamente ao Saara Ocidental e ao julgamento dos activistas de Gdeim Izik, condenados a pesadas penas de prisão apenas por defenderem a autodeterminação do seu povo.

Ambas as causas tiveram expressão de rua, contando estas acções com a destacada participação do CPPC: a concentração de dia 19 de Março, em Lisboa, em solidariedade com os presos palestinianos; e a sessão de solidariedade com o Saara Ocidental, no dia 27 de Fevereiro, a propósito dos 37 anos da proclamação da República Árabe Saaraui Democrática, ambas promovidas por diversas organizações.

A solidariedade com a Venezuela ficou patente nas sessões realizadas em Lisboa e no Porto e, após a morte do presidente Hugo Chávez, na emotiva concentração realizada junto à estátua de Simón Bolívar, em Lisboa. Muito embora tenham sido promovidas por diferentes estruturas, todas estas iniciativas contaram com

o empenhamento do Conselho da Paz.

No que respeita ao Mali, o CPPC promoveu, em parceria com o Clube Estefânia, um debate sobre o assunto. Coimbra acolheu, por sua vez, uma sessão pública sobre a situação na Síria.

## Intensa e diversificada

«Paz em ciclo» é a mais recente iniciativa do núcleo do Porto do CPPC, em parceria com diversas organizações locais: um ciclo de cinema dedicado a diversas questões relacionadas com a paz e com a guerra, sendo cada filme seguido de um debate. «Poeticamente exausto, verticalmente só», de Luísa Marinho, foi o primeiro filme exibido, seguido de «O caminho para Guantánamo», de Micheal Winterbottom e Mat Whitecross. «As tartarugas também voam», do iraniano Bahnam Ghobadir; «As flores da guerra», do chinês Zhang Yimou; e «Sal da Terra», do norte-americano Herbert J. Biberman, são as restantes películas que compõem o ciclo.

Um outro ciclo, de diferente natureza, está a ser levado a cabo na Casa da Paz, com o título genérico «Conversas de Paz». Estas conversas têm lugar nas primeiras sextas-feiras de cada mês pelas 18 horas. A primeira destas acções versou sobre a questão da «água e o problema da Palestina» e a segunda sobre «a Constituição de Abril e a Paz».

Os últimos meses de actividade do CPPC ficam ainda marcados pelo encontro com a delegação da central sindical japonesa Zenrouren, que reafirmou o seu compromisso com a luta pela paz. A estrutura sindical bate-se, neste campo, para que o Japão não volte a participar em nenhuma guerra; pela abolição das alianças militares, nomeadamente os tratados assinados com os EUA submetem a soberania japonesa aos interesses norte-americanos; e o fim das bases militares norte-americanas em território japonês; e pelo desmantelamento de todos os arsenais nucleares.

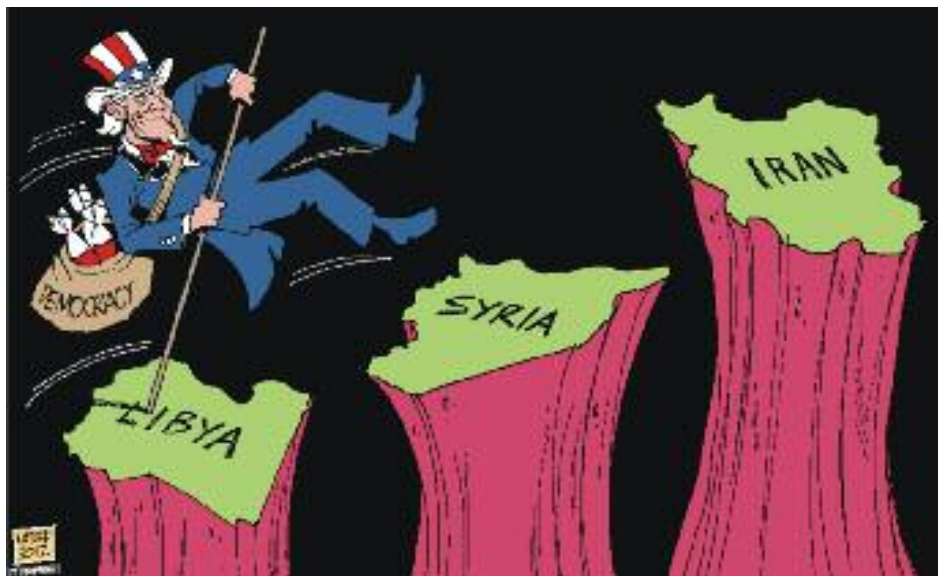


# NATO afia as garras

O modelo não é novo mas já provou ser eficaz: inventa-se uma guerra «civil», armando e financiando mercenários, em grande parte estrangeiros e islâmicos dos mesmos grupos que se combate num qualquer país vizinho; desestabiliza-se por completo a vida desse país e, finalmente, avança-se com uma «intervenção militar» para o salvar do «caos» (mesmo que artificialmente provocado). É isto, grosso modo, que estão a fazer os EUA e os seus aliados da NATO – Portugal incluído – na Síria.

Os interesses são os de sempre, mas neste caso provavelmente ainda mais amplos: afastar um obstáculo particularmente incómodo para os interesses das potências ocidentais no Médio Oriente, fragilizar a resistência palestina e libanesa, que têm na Síria um forte aliado, e abrir caminho para uma agressão ao Irão (visando em última análise a China e o seu desenvolvimento). Como é óbvio, e recorrente, estes propósitos não são assumidos, escondendo-se atrás da «defesa da democracia» e dos «direitos humanos» com a ajuda de sempre disponíveis órgãos de comunicação social.

Recentemente, o almirante da Marinha dos EUA, James Stavridis, que é ao mesmo tempo comandante supremo da NATO na Europa, afirmou no Senado do seu país que vários países membros da aliança atlântica estavam a considerar uma intervenção na Síria semelhante à levada a cabo, há dois anos, sobre a Líbia. Entre as medidas que



estarão à discussão contam-se a imposição de uma «zona de exclusão aérea» e uma intervenção militar terrestre. A ideia é derubar o governo do presidente Bashar al-Assad – o que é ilegal à luz do Direito Internacional – e entregar o poder a quem mantenha intocados os interesses norte-americanos na região, mesmo que a Síria se torne em mais um vespeiro de fundamentalismo islâmico e de retrocesso social e cultural.

## Tolerância e diversidade

A Síria é um dos poucos países laicos do mundo árabe, muito embora tenha uma significativa maioria sunita (74%) e de outras confissões muçulmanas, nomeada-

mente alauítas e drusos (16%). Os cristãos são 10% e há pequenas comunidades judaicas em algumas cidades. Apesar deste mosaico religioso, a Síria desconheceu durante décadas conflitos étnicos ou sectários, vivendo as diferentes comunidades religiosas e étnicas em total harmonia, partilhando cidades e bairros, e convivendo lado a lado em escolas, locais de trabalho e na administração.

A tolerância da sociedade síria é de tal ordem que na grande mesquita dos Omíadas, a maior de Damasco, está sepultado São João Baptista, fazendo também desde um local de culto cristão, respeitado pelos dignitários muçulmanos. Um dos minaretes da imponente mesquita é mesmo designado de «minarete de Jesus Cristo», por se acreditar que o seu regresso à terra terá lugar a partir dele.

A Síria conta ainda com um sistema de saúde moderno e gratuito e com uma educação generalizada e acessível. As mulheres ocupam, em alguns sectores (entre os quais o governo), um significativo peso, não havendo igualmente nenhum regulamento relativo ao uso de véu ou burqa.

A justificar a gula das potências ocidentais e regionais na Síria poderá estar também a sua posição geográfica: faz fronteira com cinco países e tem 190 quilómetros de costa mediterrânica. Parte do seu território, os Montes Golã, ricos em água, encontram-se há décadas ocupados ilegalmente por Israel.



# Apontamentos para compreender o

A operação militar francesa desencadeada no Mali no início deste ano foi justificada com a necessidade de apoiar o governo desse país africano face à revolta dos povos do Norte, essencialmente tuaregues, organizados no Movimento Nacional para a Libertação do Azawad que, apoiado por grupos fundamentalistas islâmicos, dominava militar e administrativamente as importantes cidades de Tombuctu, Diabali, Gao, Kidale ou Taudenni. Mas as reais razões da intervenção permanecem na sombra.

Ao contrário do que trataram de veicular os grandes meios de comunicação ocidentais, a intervenção militar gaulesa não foi dedicada no momento, ao sabor da evolução da situação. Pelo contrário, foi longamente preparada pelos serviços secretos norte-americanos e da NATO, tendo a França assumido as despesas de ser a primeira a alinhar, ou não estivessemos perante uma antiga colónia.

Está-se, portanto, perante mais um exemplo de aproveitamento – e até de instigamento – de conflitos internos em estados africanos para daí as grandes potências ocidentais retirarem dividendos, aprofundando o processo de neocolonização ou recolonização do continente. O que não é nada de novo, aliás,

ou não tivesse este processo a idade da própria independência dos países e povos africanos, expresso em casos como o do Congo/ Katanga; Nigéria/ Biafra; Gana; Quénia; Somália; Rodésia/Zimbabué; Angola; Moçambique; Sudão/ Sudão do Sul; Ruanda/ Burundi; Sahara Ocidental / Marrocos; Líbia. O que poderá ser relativamente novo é o papel que os Estados Unidos da América procuram desempenhar no caso do Mali.

## Ambições imperiais

Travadas as suas ambições imperiais, durante anos, pela existência da União Soviética e do campo socialista, os Estados Unidos da América e outras potências ocidentais passam a intervir mais abertamente em África. A prová-lo está a criação, em 2007, pelo Departamento da Defesa dos EUA, de um Comando para África, o AFRICOM, que entrou em funções em Outubro de 2008.

Numa conferência deste comando, realizada nesse mesmo ano, o vice-almirante Robert Moeller confessou que o objectivo central do AFRICOM era proteger o « livre fluxo dos recursos naturais de África para o mercado mundial ». Ainda em 2008, no « War College » do exército dos EUA, foram simu-



lados cenários de batalha relativos a possíveis intervenções do AFRICOM, tendo-se concluído pela necessidade de dois mil efectivos para controlar os campos de petróleo no Delta do Níger.

No primeiro ano de actividade o orçamento do AFRICOM era de 75,5 milhões de dólares, valor que subiu para 392 milhões no ano seguinte, no qual se assume o objectivo de estabelecer um centro de comando em África. Este será, até ao momento, um dos « calcanhares de Aquiles » do AFRICOM, actualmente com sede na Alemanha e com uma base logística do Djibuti. Os locais previstos para a instalação da sede deste comando, como a Líbia, não oferecem para já as necessárias condições de segurança. De acordo com um artigo publicado no « Washington Post », o Senado norte-americano terá disponibilizado 50 milhões de dólares para o alargamento das operações de vigilância em África recorrendo aos tristemente célebres « drones ».

## Um drama que se espalha

A invasão da Líbia pelas tropas da NATO em Março de 2011 e o consequente assassinato do coronel Kadafi,





# o conflito no Mali\*



um dos líderes africanos que mais firmemente se opunha a este projecto, integrou-se em pleno nesta estratégia dos Estados Unidos e dos seus aliados da NATO. A forte presença dos salafitas no Norte do Mali não será, aliás, alheia a a esta invasão, já que para além de estes se terem apoderado de sofisticado material militar da NATO aquando da sua participação na agressão à Líbia, beneficiaram de uma total falta de controlo das fronteiras do Sul deste país, dispondo ao mesmo tempo de grande influência nos órgãos de Estado na Tunísia. A Argélia, onde ainda governam os herdeiros de um movimento de libertação verdadeiramente anti-imperialista e secular, a FLN, também está debaixo de fogo de uns e de outros.

Os salafitas foram, portanto, um excelente pretexto para que os militares franceses fossem a toda a pressa socorrer o governo ilegítimo de Diounda Traoré, chegado ao poder na sequência do golpe de Estado de Março de 2012 que destituiu o presidente eleito Amadou Toumani Touré. E é irónico porque o pretexto bem podia ter sido outro: correr com esse mesmo governo servindo-se para tal da resolução 2085 do Conselho de Segu-

rança da Organização das Nações Unidas que autorizava a intervenção militar no país.

Os EUA disponibilizaram de imediato meios de transporte aéreos, logísticos e financeiros para apoiar o esforço de guerra do «amigo» francês, concedendo igualmente, à França e ao Chade, uma ajuda militar de urgência no valor de 50 milhões de dólares. Desde 21 de Janeiro que os EUA já tinham efectuado 41 voos dos aviões cargo C-17, entre a França e o Mali, como um total de 1040 toneladas de equipamento e 760 passageiros. Segundo fontes militares, os EUA teriam gasto, até finais de Fevereiro, 12 mil milhões de dólares.

A União Europeia é igualmente rápida a condenar as acções dos «grupos terroristas», a saudar a resposta rápida da França e a disponibilizar meios materiais e militares em cujo contingente se



irão integrar os militares portugueses. Também o governo português, pela voz de Paulo Portas, apoiou a operação, tendo sido secundado pelo Presidente da República, que autorizou a presença de militares portugueses.

**\* texto construído a partir da intervenção feita por Carlos Carvalho, membro da Direcção Nacional do CPPC, num debate realizado no Clube Estefânia, em Lisboa, no dia 13 de Março.**

## Pobre país rico

É legítimo que nos interroguemos sobre as reais razões que levam as potências ocidentais a dedicarem uma especial atenção a um país como o Mali, em que mais de 50 por cento do território se situa em pleno deserto.

O Mali, com 1 241 238 Km<sup>2</sup> de superfície, é um dos mais extensos países de África. Atravessado por dois grandes rios, o Níger e o Senegal, tem zonas muito férteis, ainda que dois terços do território sejam desérticos e integrem o Sahara meridional. A população é de cerca de 15 milhões de pessoas. Mas este é um país imensamente rico em recursos naturais, ainda que a sua população disso pouco beneficie, já que tem um poder de compra muito baixo, mesmo para os padrões da região.

O Mali é o terceiro produtor mundial de ouro; produz 18 mil toneladas por ano de fosfatos, tendo reservas

estimadas em 21 milhões de toneladas; é o primeiro produtor de algodão na África subsariana. Além disso, dispõe de importantes reservas de urânio, minério de ferro, bauxite, zinco, hidrocarbonetos, cobre, lítio, caulinos, lenhite, gesso e mármore.

Para além disso é auto-suficiente em cereais e é exportador de carne.

Sem interferências nem ingerências

# Paz na Península da Coreia

O problema coreano voltou às páginas dos jornais e aos noticiários ao mesmo tempo que se avoluma a tensão militar na região. Mas esta presença mediática não significa, antes pelo contrário, uma maior informação do que realmente se passa naquela sensível região do globo. Na verdade, para compreender este sempre latente conflito, há que recuar à sua origem – que se encontra muito para lá do programa nuclear da República Popular Democrática da Coreia (RPDC), iniciado já no século XXI.

A Coreia, tal como durante décadas a Alemanha ou o Vietname, foi um dos países divididos na sequência do desfecho da Segunda Guerra Mundial, em 1945. As tropas soviéticas entraram pelo Norte do País, acompanhadas pela guerrilha coreana, desbaratando o exército japonês ocupante. Os EUA instalaram-se depois no Sul. Viviam-se então os primeiros anos da chamada «Guerra Fria» e do temor generalizado de uma nova guerra, quando a bomba atômica – experimentada anos antes sobre as cidades japonesas de Hiroxima e Nagasáqui – era detida por um único país, os EUA, que não se coíbia de ameaçar com novas catástrofes nucleares.

No Norte, os coreanos tomam o controlo do território e, no prazo previsto, o Exército Soviético abandona a Coreia. No Sul, os EUA, mantendo no essencial as leis e os funcionários herdados da ocupação japonesa, recusam-se a sair do país, onde aliás se mantêm ainda hoje, 68 anos depois. Durante a Guerra da Coreia (1950-53), na qual tiveram participação fundamental as tropas norte-americanas, a parte Norte do país ficou praticamente arrasada e a divisão da Coreia consumou-se. Até hoje.

Os EUA têm sido, desde então, o principal obstáculo à reunificação pacífica da Coreia.

## Sem hipocrisias

Não faz sentido hoje falar do justo objetivo da desnuclearização da Península da Coreia de forma unilateral, apontando apenas a uma das partes. Sobretudo não se pode deixar de fora desta exigência o país que detém dos maiores arsenais do mundo,



que promove a sua modernização e instalação fora do seu território e que reafirma na sua doutrina militar a possibilidade da sua utilização num primeiro ataque: os Estados Unidos da América.

De facto, este país – que, lembre-se, mantém um contingente militar de 30 mil homens na Coreia do Sul – possui armas nucleares nas suas bases e frotas marítimas espalhadas pelo mundo, sendo capaz de as utilizar em qualquer parte do globo em muito pouco tempo. Só por manifesta hipocrisia pode este país exigir o que quer que seja em matéria de desnuclearização.

A única exigência que serve verdadeiramente a causa da Paz é aquela que desde sempre o CPPC defendeu: o desmantelamento geral, simultâneo e controlado de todos os arsenais nucleares existentes no mundo. Mas tal desígnio, naquela sensível região do globo, deverá ser acompanhado por outras medidas, que dêem reais garantias de não agressão à República Popular Democrática da Coreia, ou seja, fazendo precisamente o oposto do que têm feito nas últimas décadas as potências ocidentais, nomeadamente os EUA.

Muito antes do início do programa nuclear coreano (hoje apresentado como justificação para a adopção de sanções e para o reforço da presença militar dos EUA na região) já os norte-americanos tinham colocado a RPDC no «eixo do mal» de George W. Bush. Basta ver o que sucedeu com outros dos integrantes desta famigerada lista,

o Iraque, para compreender os justificados receios dos norte-coreanos quanto à sua segurança. Os exercícios militares conjuntos que há muito a República da Coreia e os EUA promovem, simulando ataques à RPDC, não podem deixar igualmente de serem considerados ameaças, assim como a crescente presença militar dos EUA na região, prosseguindo o evidente cerco à República Popular da China – que já sinalizou precisamente isto, reorganizando as suas tropas junto à fronteira coreana.

## Uma solução

Não há solução para o problema coreano enquanto persistir a presença militar norte-americana no território. Como há muito o CPPC vem defendendo, cabe ao povo da Coreia, e só a ele, a responsabilidade de resolver pacificamente os seus diferendos e reunificar o seu país, dividido há tempo demais por interesses que lhe são alheios. O papel da «comunidade internacional» e da ONU deve ser, à luz do direito internacional, garantir o direito à resolução pacífica do conflito e contribuir para que o povo coreano possa ser novamente um só, dando continuidade às suas tradições e cultura milenares.

Só o fim da ingerência, das pressões e da desestabilização externas poderão garantir o direito do povo coreano a determinar o seu destino em condições de paz. É esse o caminho dos que realmente desejam a paz.



Soberania nacional e progresso social

# A Venezuela e a Revolução Bolivariana

**É** conhecida a enorme contribuição que a revolução bolivariana deu para a retoma da esperança de muitos milhões de pessoas de diferentes países da América Latina que, ainda há cerca de 15 anos, viviam subjugados aos interesses de uma oligarquia com profundas ligações aos EUA, que também usava os programas do FMI para impor políticas de extrema exploração e opressão. A eleição, na Venezuela, do Presidente da República Hugo Chávez, em Dezembro de 1998, foi um marco que influenciou positivamente outros povos nas suas lutas contra a exploração, o que o imperialismo sempre tentou impedir, designadamente com a tentativa de golpe de estado em 2002, com as ações de desestabilização que o precederam e com o referendo revogatório, mas que o povo venezuelano sempre derrotou.

Ao longo dos últimos 14 anos foram notórias as transformações políticas, económicas e sociais na Venezuela e em muitos outros países da América Latina, na sua luta anti-imperialista, procurando libertar os seus povos e os seus países da dependência económica e política dos EUA que tentavam impor o projecto recolonizador da ALCA.

Foi a determinação, firmeza e coragem de Chávez e dos seus apoiantes que deram corpo a uma estratégia de solidariedade entre países irmãos, inspirada em Bolívar, o que contribuiu para impedir a concretização do projecto que os EUA pretendiam impor.

Na criação da ALBA – Aliança Bolivariana para as Américas, há uma visão de entre-ajuda e de bem-estar social, de troca e de mútuo auxílio económico entre a República Bolivariana da Venezuela e outros estados da região, com destaque para Cuba, Bolívia, Nicarágua e Equador, o que contribuiu para a evolução progressista da América Latina e sua afirmação soberana. O desenvolvimento dessa estratégia anti-imperialista e de solidariedade levou tam-



bém à criação da Unasul, do Banco do Sul, da Petrocaribe da CELAC – a comunidade de estados latino-americanos e caribenhos, envolvendo 33 países, e esteve presente em diversos momentos, incluindo em votações na Assembleia da ONU ao lado de países que não se submetem à dominação dos EUA, da NATO e da União Europeia.

## Importantes avanços

Com a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, aprovada em 1999, foram dados passos fundamentais na consagração de direitos do povo, da sua participação democrática e definidas importantes funções sociais do Estado que, rapidamente, procuraram concretizar, através das diversas Missões, dos Conselhos locais e comunitários, das cooperativas de produção e de comércio, da distribuição de terras, da criação de muitas centenas de unidades locais de saúde, de escolas, de legalização de casas e de construção de novas habitações.

Todos os índices económicos e sociais demonstram que o desenvolvimento económico e o progresso social continuam na República Bolivariana da Venezuela. A taxa de crescimento do PIB, no ano passado, foi da ordem dos

5,5%, prosseguindo a enorme diminuição das desigualdades sociais e da pobreza que ali existiam até 1998. Desde então, a proporção de venezuelanos pobres desceu de 43% para 26% e a das vítimas da pobreza extrema desceu de 17% para 7%, reconhecem mesmo estatísticas internacionais.

Embora a maioria da economia continue privada, o Estado colocou as suas riquezas fundamentais, designadamente o petróleo, ao serviço das políticas sociais, incluindo a expansão da saúde pública gratuita para todos, da educação pública, da cultura, da habitação e da própria alimentação. Em 2010, a Unesco confirmava que, na Venezuela, em dez anos, se tinha acabado com o analfabetismo, que antes era elevadíssimo. E agora, nas escolas públicas, o ensino é gratuito, tendo sido criadas novas universidades e distribuídos gratuitamente milhões de livros.

Estamos convictos de que o povo venezuelano saberá continuar a defender o seu país, a sua revolução e a Constituição Bolivariana, continuando, em democracia, o desenvolvimento económico, social e cultural e uma política de paz e cooperação entre os povos, ajudando a construir um futuro, que o povo sente já presente, de quem pode sonhar e viver o sonho.

1 de Junho no Seixal

# Fórum Internacional pela Paz

No dia 1 de Junho, pelas 14 horas, realiza-se no Seixal (em local ainda por definir à hora do fecho da nossa edição) um Fórum Internacional pela Paz, co-organizado pelo CPPC e pela Associação dos Municípios da Região de Setúbal. Nesta iniciativa, aberta à população, participarão diversas personalidades de várias esferas da vida nacional e membros de movimentos de Paz de diversos pontos do mundo.

Num momento em que tão grandes e tão sérias ameaças pairam sobre os povos do mundo relativamente ao seu inalienável direito de viver em Paz e de decidir do seu destino sem ingerências nem interferências externas, será de grande interesse ouvir a perspectiva daqueles que, em diferentes países, se batem pelos valores da Paz, do desarmamento, da cooperação, da soberania e da independência de países e povos.

O Fórum Internacional pela Paz decorrerá no momento em que o CPPC recebe as reuniões do Secretariado e da Região



*Tal como sucedeu em Novembro de 2010 com a manifestação Paz Sim! Nato Não!, o Fórum Internacional pela Paz voltará a ligar o nome de Portugal às mais nobres causas*

Europa do Conselho Mundial da Paz, de que o CPPC é, respectivamente, membro e coordenador. Destas reuniões, bem como do Fórum, o movimento mundial da Paz

sairá certamente reforçado e Portugal deixará uma vez mais o seu nome ligado às causas mais justas e generosas que a Humanidade já produziu.

## Em Dezembro, no Equador 18.º FMJE

Está lançado o 18.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realiza entre 7 e 13 de Dezembro no Equador, sob o lema «A juventude unida contra o imperialismo, por um mundo de Paz, solidariedade e transformação social». A data e o local ficaram fechados na primeira reunião internacional preparatória, que teve lugar na África do Sul nos dias 26 e 27 de Março, onde foi igualmente aprovado o Apelo à Juventude do Mundo e os principais traços que caracterizarão o próximo festival.

O 18.º festival ocorre numa região marcada por importantes processos emancipatórios de libertação nacional e progresso social, que põe em causa o tradicional domínio hegemónico dos EUA. O Equador é um desses países onde o povo está a tomar nas suas mãos os destinos das suas vidas e o festival será também uma oportunidade para trocar experiências entre realidades muito diferentes de países

de todos os continentes.

Tal como em todos os outros países, também em Portugal será formado um Comité Nacional Preparatório do Festival (CNP), composto pelas mais variadas expressões do movimento juvenil português – como associações de estudantes, associações recreativas, culturais e juvenis, grupos informais, estruturas sindicais, grupos desportivos, etc. – que procurará levar o Festival e os seus valores à juventude portuguesa e organizar a delegação portuguesa ao festival. O CPPC integra uma vez mais o CNP.

Ao longo das suas 17 edições – tendo a primeira sido em 1947 – o FMJE tem sido o maior acontecimento mundial de encontro da juventude na sua luta contra o imperialismo e a guerra. Já participaram em festivais largas dezenas de milhares de jovens de mais de 100 países.



**Conselho Português para a Paz e Cooperação**

Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2.º 1250-193 Lisboa Portugal Tel. 21 386 33 75 email: [conselhopez@cppe.pt](mailto:conselhopez@cppe.pt) [www.cppe.pt](http://www.cppe.pt)

Visita e adere à nossa página do Facebook